



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

TERRA, TRABALHO E RESISTÊNCIA: do reconhecimento das bases agrárias da realidade brasileira à assessoria às lutas sociais

Eduarda Wilke Laureano¹

Isadora Vieira Barbosa²

Mailiz Garibotti Lusa³

Stefany Mouriana Moura Pavão⁴

RESUMO: O presente trabalho se detém a apresentar o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência, do departamento do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No primeiro momento será apresentado os princípios do grupo com base em discussões relacionadas às origens agrárias do estado brasileiro, na perspectiva do autor Octávio Ianni. Além disso, são apresentadas as atividades realizadas no ano de 2024, junto aos movimentos sociais, estudantes e bolsistas. Por fim, discorre sobre o estágio obrigatório em assessoria aos estudantes indígenas da UFSC.

PALAVRAS-CHAVE: Assessoria; Questão Agrária; Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado dos acúmulos teóricos e práticos vivenciados a partir do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência (TTR), do Departamento do Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Busca-se com este trabalho discutir as atividades que vêm sendo desenvolvidas durante o ano de 2024 pelo grupo, a partir da perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de fazer memória do trabalho coletivo e socializar a experiência.

Trata-se de um ensaio teórico articulado a um relato de experiência, elaborado por discentes e docentes que se envolvem enquanto bolsistas ou voluntárias em atividades de ensino, projetos de extensão ou de pesquisa. Fundamenta-se na

1 Estudante de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). eduardawilke@gmail.com

2 Estudante de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). isadoravb0102@gmail.com

3 Assistente social, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientadora de Iniciação Científica e coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência. Pós-doutora em Serviço Social. mailiz.lusa@ufsc.br

4 Estudante de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). stefanymouriana@gmail.com



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

perspectiva crítica do materialismo histórico dialético, tendo uma abordagem qualitativa. Foi desenvolvido a partir de fontes bibliográficas e registros documentais do próprio Grupo Terra, Trabalho e Resistência (TTR).

Além desta seção introdutória, o artigo se divide em três tópicos, sendo o primeiro a apresentação do grupo, com centralidade na discussão sobre a questão agrária, que é de onde extraem-se os elementos terra, trabalho e resistência, os quais o nominam e marcam sua identidade. Para isto, têm-se como principal referencial teórico o livro “Origens agrárias do Estado Brasileiro” (Ianni, 1984), que foi tema de debates e aprofundamentos em ‘grupo de estudos’ realizado pelo TTR. O segundo tópico se detém a relatar as atividades gerais desenvolvidas no período de 2024, a partir dos princípios orientadores. Já o terceiro trata sobre a assessoria à coletivos e lutas sociais prestada enquanto competência do assistente social, o que se faz considerando a experiência do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, desenvolvido no âmbito da extensão universitária prestada pelo TTR desde meados de 2022 aos estudantes indígenas da UFSC sob a perspectiva de uma universidade e extensão popular. Por fim são trazidas as considerações finais.

2. TERRA, TRABALHO E RESISTÊNCIA: elementos da contradição capitalista no Estado brasileiro

A questão agrária é tema essencial e indissociável na formação sócio-histórica do Brasil (Ianni, 1984). Os trabalhadores do campo foram sempre colocados à margem, sendo submetidos a situações precárias de trabalhos para sua sobrevivência. A partir da abolição da escravidão - que se efetiva apenas legalmente, mas que na realidade concreta da população preta é uma farsa - e o incentivo à imigração dos povos europeus - estes que passavam por forte processo de pauperização decorrente de crises estruturais em seus países -, o governo passa a pensar maneiras de impedir que estes trabalhadores livres tenham acesso à terra. Dessa forma, estes não teriam opção, a não ser vender sua força de trabalho. Octavio Ianni (1984) registra uma recomendação do governo da época:

Já em 1842 uma recomendação governamental sugeriu que era necessário tornar mais custosa a aquisição de terras, a fim de fixar trabalhadores livres nas plantações. ‘Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que de ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se consequentemente a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário. (p.14)

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Na ideia inicial aqui apresentada tem-se a presença dos sujeitos, a forma das relações sociais e a dinâmica societária que constitui o Brasil contemporâneo. Os aspectos agrários em seus determinantes são marcas radicais na configuração tanto colonial quanto do Brasil moderno. São eles: o detentor dos empreendimentos coloniais, que possuía poder político, mais que poder econômico (Sedi, 2008); o trabalhador escravizado (Gorender, 1978; Moura, 2020); o trabalhador livre e explorado por ser extremamente pauperizado (Candido, 2010); o trabalhador livre migrante, também pauperizado mas que pela condição de migrante europeu detém privilégios em relação aos dois primeiros (Martins, 1973; 1993); e finalmente o Estado, seja representado pela Coroa lusitana, pelo Império, ou posteriormente pela República brasileira em seus diferentes momentos (Fernandes, 2005).

A dinâmica econômica, política, social e cultural se interseccionam, sobressaindo o poder político no período colonial e o poder econômico quando da formação do capitalismo dependente e periférico brasileiro. O campo se destaca nessa formação nas formas de exploração do trabalho e das riquezas nele instaladas. Sua marca estará na economia de capitalismo tardio, na conformação das classes sociais (Fernandes, 2005) e do Estado de origens agrárias (Ianni, 1984).

A concentração de terras é marca inquestionável do país, que continua determinando a sua inserção no circuito econômico internacional. Ainda que não seja o único aspecto que conforma a questão agrária no Brasil, a questão fundiária está no cerne dos diversos processos de exploração da força de trabalho, que se faz ao lado da exploração dos recursos naturais. Ela também se perfila pelos processos de luta e de resistência daqueles que veem na terra e no campo um modo de viver e trabalhar antagônico à sujeição ao capital. Assim, identifica-se que o espaço agrário brasileiro é um campo permanente de disputas. Resgata-se, por exemplo, as disputas ideopolíticas que marcaram o Brasil entre fins da década de 1950 e início dos 1960, quando houve uma

disputa central [...] em torno de qual política pública deveria ser priorizada, a agrária ou a agrícola, com ênfase no público a ser beneficiado. [...] Entende-se que, enquanto a questão agrária está relacionada às transformações nas relações de produção (nos modos como se produz), a questão agrícola diz respeito aos aspectos atrelados às mudanças na produção em si (sobretudo a que e a quanto se produz) (Pompeia, 2021, p. 90).

Se naquele período, com o auxílio do golpe militar, inviabilizou-se o enfrentamento da questão agrária através de uma política pública que promovesse

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

uma efetiva distribuição fundiária, passado o período autocrático as lutas sociais camponesas foram revigoradas, tensionando o Estado brasileiro para a adoção da reforma agrária. Ainda que o capital internacional, representado e fortalecido pela burguesia nacional, tenha sempre ganho até hoje as disputas no campo (Pompeia, 2021), a presença permanente de segmentos da classe trabalhadora organizados e mobilizados na luta por diversas pautas reivindicatórias permanece sendo marca contínua da questão agrária. Estas e estes lutadores, sujeitos da classe trabalhadora atravessados pelas implicações desiguais de raça, etnia, gênero e geração

Consideram a reforma agrária uma necessidade dos trabalhadores para reduzir a concentração da terra, mudar a forma de utilizá-la e diminuir o êxodo rural. A reforma agrária nos aproximaria de um regime mais democrático, popular [e] seria um acúmulo de forças para coisas maiores (Linhares e Silva, 2021, p. 273).

Neste sentido, reconhece-se que terra, trabalho e resistência são traços indelévels não apenas da questão agrária, mas da realidade brasileira. Eles precisam ser estudados e discutidos, pois explicitam a contradição que impulsiona o funcionamento do próprio capitalismo, particularizado aqui pela formação sócio-histórica, pelo desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas, pelo lugar periférico e dependente frente às economias imperialistas.

Esta compreensão sobre a questão agrária marcou o surgimento do grupo Terra, Trabalho e Resistência, balizando a construção dos princípios orientadores para sua atuação no âmbito do ensino, pesquisa e extensão universitárias, que serão apresentados na próxima seção, juntamente com as atividades que vêm sendo desenvolvidas durante o ano de 2024.

3. UMA CAMINHADA A PARTIR DOS PRINCÍPIOS: atividades do TTR em 2024

Inicialmente convém rememorar que o Grupo Terra, Trabalho e Resistência (TTR) resulta da criação do projeto de Extensão “Movimentos sociais, ruralidades e Serviço Social: educação popular e lutas sociais”, em fevereiro de 2022, vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFSC e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFSC). Desde sua criação foi formado por duas docentes, sendo uma coordenadora, e três discentes (dois bolsistas e uma voluntária).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Para que se mantenha alinhado como uma proposta de Extensão Popular, em seus princípios⁵ estão o (1) respeito ao saber popular, (2) defesa da concepção de uma Universidade popular, a partir da (3) indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Dessa forma, (4) os conhecimentos acadêmicos precisam estar de acordo com os interesses e demandas da população. Para tal fim, é necessário a (5) participação ativa dos sujeitos nos espaços da Universidade e a (6) construção coletiva de ações voltadas para os seus interesses e necessidades. Ademais, é inevitável que (7) o belo e o poético sejam incorporados nos sonhos coletivos também dentro da Extensão Popular, e que a construção de um projeto contra hegemônico tenha a (8) arte e a cultura como estratégias pensadas e partes importantes na construção do processo de Extensão. Assim, não é possível a construção de conhecimento científico sem (9) práxis e sem, (10) primar pelos valores democráticos, pela (11) liberdade, pelo (12) diálogo, pelo (13) pensamento crítico e pela (14) emancipação. (Ogliari *et al.*, 2022).

Finalmente, a partir da compreensão de que o contexto histórico atual é resultado de uma processualidade dialética permeada pela luta de classes, é necessário afirmar a (15) perspectiva de historicidade, considerando as particularidades latinoamericanas e brasileiras, como também de Santa Catarina e da Grande Florianópolis. Portanto, devido à importância histórica que assume ao que se deseja como Extensão Popular, é imprescindível que o (16) registro histórico se torne prática de síntese e sistematização das atividades. (Ogliari *et al.*, 2022).

Dessa forma, o debate sobre a questão agrária na formação social brasileira, do campesinato e do agronegócio, da soberania e segurança alimentar e nutricional e dos movimentos e lutas sociais do campo se fez sempre presente. O entendimento é que todos estes e outros tantos aspectos da realidade brasileira se interseccionam, configurando o espaço rural, que é prenhe das contradições capitalistas e antagonismos de classe. Nesse sentido, o campo em sua historicidade se constitui como importante elemento constitutivo da realidade, o que justificou atenções e debates no âmbito do TTR.

O grupo Terra, Trabalho e Resistência (TTR) tem realizado atividades no ano de 2024 que reforçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Uma

⁵ Nesta seção serão resgatados os princípios que balizam os projetos que envolvem ensino, pesquisa e extensão realizados pelo grupo Terra, Trabalho e Resistência, publicados anteriormente na IV edição do Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS, em 2022.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

delas é a continuação do estágio obrigatório supervisionado, o qual será discutido na próxima seção. Outra atividade desenvolvida foi o início da assessoria ao projeto “Raízes do Brasil”, criado pelo Movimento de Pequenos Agricultores de Santa Catarina (MPA-SC). Esta parceria com o MPA-SC iniciou-se ainda em fins de 2023, com a ideia de trazer a experiência já existente em outros estados para Santa Catarina. Para a realização do projeto, o MPA-SC solicitou e aprovou uma emenda parlamentar. A atuação do TTR por meio de assessoria e acompanhamento é realizada assegurando a autonomia do movimento social.

A assessoria ao Movimento de Atingidos por Barragens de Santa Catarina (MAB-SC), com a realização de estudos sociais e o acompanhamento de famílias camponesas atingidas por empreendimento hidrelétrico na região central de SC, que se encontram em situação de isolamento, já realizada desde meados de 2023 foi mantida. Ocorreram neste ano de 2024 atividades de acompanhamento direto de famílias, participação em audiência pública e emissão de documentação técnica do Serviço Social a fim de subsidiar a negociação para a indenização das famílias, bem como identificar as demandas de atendimento e acompanhamento das mesmas nas políticas sociais naquele território.

Outra atividade de participação do grupo foi a 11ª Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA), proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) junto de universidades pelo Brasil. A presença do grupo na JURA se deu pela participação e construção de quatro eventos componentes do “Abril Vermelho”, momento marcado pela Memória aos Mártires do Massacre em Eldorado dos Carajás.

O primeiro entre estes eventos foi o debate intitulado “40 anos de MST: o papel da Universidade na luta pela Reforma Agrária Popular”, realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O segundo evento foi o debate denominado “A identidade do sertanejo no campo”, realizado no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFSC. O terceiro evento foi a realização da Feira de Alimentos “Armazém do Campo” do MST, integrada à já existente Feira Orgânica do CCA, contando com alimentos oriundos de Assentamentos de Reforma Agrária, da Agricultura Familiar e Camponesa, orgânicos e agroecológicos. O quarto e último momento componente do Abril Vermelho, foi a atividade Cine-Debate na Arena da UDESC, com parceria do projeto de Extensão Cineclubes Presença. O filme apresentado foi “Conversas com

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Crianças” (1998), dirigido por Beto Novaes e Paulo Pestana, o qual retrata a vida das crianças nos acampamentos e assentamentos nos estados de São Paulo e Paraná.

Ademais outra atividade desenvolvida foi o Grupo de Estudos sobre a Questão Agrária Brasileira, a partir do livro “Origens Agrárias do Estado Brasileiro” de Octavio Ianni. O propósito deste grupo é a formação interna dos membros do TTR através de clássicos os quais abordam os temas correlatos à questão agrária.

É importante considerar que durante o primeiro semestre de 2024 a UFSC e outras Universidades e Institutos Federais⁶ - passaram por um considerável período de greve, iniciando pelos Técnicos-Administrativos em Educação (TAES) e na sequência pelos Docentes e Discentes. De um lado, por este motivo, o calendário anual de atividades do TTR sofreu alterações, com o adiamento de atividades previstas, por outro lado, este foi um período importante de envolvimento dos membros do TTR nas atividades de mobilização e luta pela educação pública federal, que teve dentre suas pautas a recomposição orçamentária do setor.

Entre as atividades que estão previstas no planejamento de 2024 para ainda serem realizadas estão o Grupo de Estudos em conjunto com o Programa de Educação Tutorial do Curso de Serviço Social (PET-SSO), a Oficina de Teatro do Oprimido e a Mesa Redonda em articulação com o Grupo de Educação, Estudos Ambientais e Agroecologia da Biologia UFSC (GEABio), Centro Acadêmico de Biologia da UFSC (CABio) e o Conselho Regional de Biologia - 9ª Região (CRBio-09), com a discussão da indissociabilidade entre Urbano, Agrário e Ambiental. Além destas atividades, também acontece a participação em eventos científicos, bem como a oferta de minicurso na Semana de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação da UFSC (SEPEX-UFSC).

Assim, o TTR segue realizando atividades as quais sejam construídas no âmbito popular e sejam realizadas a partir da coletividade.

4. ESTÁGIO EM ASSESSORIA COM MOVIMENTOS SOCIAIS: Estudantes indígenas da UFSC

6 Mais de 300 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) aderiram à greve nacional, as quais estão entre as bases dos sindicatos Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) (62), Sindicato dos Servidores Públicos do Instituto Federal (SINASEFE) (260), Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico (PROIFES) (04) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra),

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

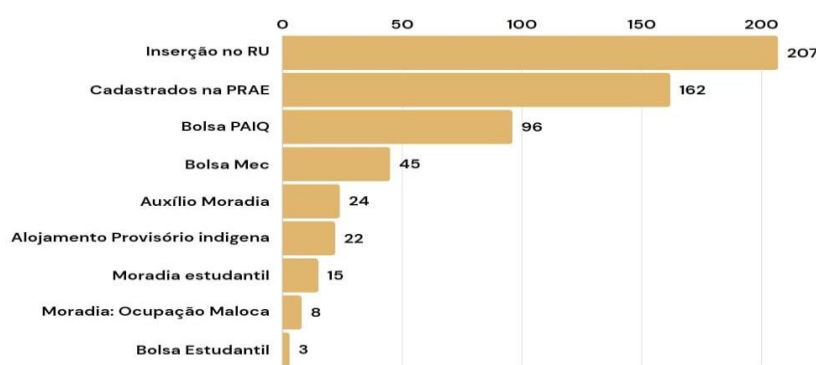
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O grupo de ensino, pesquisa e extensão Terra, Trabalho e Resistência (TTR) desenvolve estágio obrigatório supervisionado, desde 2022, ligado ao projeto de extensão intitulado "Movimentos Sociais, ruralidades e Serviço Social: Educação Popular e Lutas Sociais" (Ciclo 2022/2025), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente o estágio está vinculado aos serviços de assessoria ao Coletivo de Estudantes Indígenas da UFSC, que residem na Ocupação Maloca e no Alojamento Provisório Estudantil Indígena, tendo como principal objeto a demanda dos estudantes que apontam dificuldades de acesso à política socioassistencial e de permanência estudantil.

O perfil dos estudantes indígenas da UFSC é representado por uma população de diversas etnias, culturas e povos, sendo eles das etnias Xokleng, Kaingang, Guarani, Krenak, Xakriabá, Yawalapiti, Pankará, Atikum-umã, Pankararu, Parintintin, Baniwa, Baré, Tikuna e Sateré-Mawé, de diversas partes do Brasil, como Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Amazonas, entre outros. (UFSC, 2022, s.p.)

Segundo dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE, 2024, 3 mensagens eletrônicas), no semestre de 2024.1, havia 217 estudantes indígenas nos cursos de graduação na UFSC. Os atendimentos acessados podem ser visualizados no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Atendimentos prestados pela PRAE-UFSC aos estudantes indígenas



Fonte: PRAE COAES, 2024. Elaborado pelo autor.

É importante destacar o silenciamento étnico que essa população vivencia nas cidades. Viver no ambiente urbano é bastante complexo, pois, em sua maioria, são territórios repletos de preconceitos e discriminação. A sociedade não indígena

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

perpetua um discurso comum de que “índio deve ter os pés na terra e permanecer na aldeia”. Dessa forma, para a sociedade urbana, se o indígena não está na aldeia, ele deixou de ser indígena (Brasil, 2017).

Portanto, o estágio em Projetos de Extensão, vai além da aplicação de conhecimentos técnicos ou pesquisas acadêmicas. Ele envolve a construção de vínculos com a comunidade, o respeito à diversidade e a valorização dos indivíduos envolvidos. A universidade é um espaço privilegiado para constituir a assessoria, pois, através do conhecimento compartilhado por seus integrantes (alunos, professores e técnico-administrativos), é possível fornecer novos saberes e enriquecer-se continuamente na dialética das demandas populares (Matos, 2009).

A Assessoria/consultoria pode ser definida enquanto ações desenvolvidas por profissionais especializados que analisam a realidade como objeto de estudo e buscam modificar essa realidade. O papel do assessor não é intervir diretamente, mas sim sugerir caminhos e estratégias aos assessorados, que irão decidir se aceitam ou não as propostas (Matos, 2006). A partir disso, entende-se a assessoria como atividade central para execução do estágio supervisionado no TTR, sendo uma oportunidade de aproximação da realidade dos estudantes indígenas, de construção conjunta de estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social e de fortalecimento dos movimentos sociais.

É importante falar que o debate sobre assessoria em Serviço Social não ocorre deslocada da realidade. O Movimento de Reconceituação constitui um marco fundamental na evolução do Serviço Social, propondo uma ruptura com as práticas tradicionais da profissão vinculadas à igreja católica, direcionando para uma perspectiva crítica e um fazer profissional capaz de analisar e intervir na realidade, que busca não apenas a resolução de questões imediatas, mas também a compreensão e enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

Portanto, as transformações na percepção da profissão de assistente social são resultados de processos históricos, moldados pelo significado social atribuído à profissão, que emerge tanto dos movimentos da categoria quanto das relações sociais na sociedade. Hoje, o Serviço Social é reconhecido não apenas como uma profissão, mas também considerado trabalho. (Fraga, 2010).

Nesse contexto, a questão social, considerada pela categoria profissional como a base da especialização do trabalho do assistente social, bem como as expressões

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

dela no processo do estágio, precisam ser compreendidas na contradição fundamental da sociedade capitalista. Iamamoto (1998, p. 28) explica:

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade

Em suma, o estágio supervisionado desenvolvido no âmbito do grupo de ensino, pesquisa e extensão Terra, Trabalho e Resistência, vinculado ao projeto de extensão "Movimentos Sociais, Ruralidades e Serviço Social: Educação Popular e Lutas Sociais", configura-se como uma relevante estratégia de intervenção profissional e de promoção de transformações sociais.

A assessoria prestada ao Coletivo de Estudantes Indígenas da UFSC evidencia não apenas a pertinência de uma aproximação crítica e reflexiva das especificidades e complexidades inerentes a essas comunidades, mas também fortalece a articulação entre a produção acadêmica e as demandas sociais concretas. Este processo, fundamentado nos princípios do Código de Ética, reafirma o compromisso do Serviço Social com a construção de um trabalho profissional crítico, orientado pelos princípios, dentre os quais o da justiça social e da emancipação dos indivíduos sociais.

O Estágio supervisionado, nesse contexto, não apenas se configura como um espaço de formação profissional, mas também de ação que transcende a demanda imediata do cotidiano. Assim, o estágio se torna um espaço imprescindível para a construção de mediações que possibilitem a atuação profissional com rigor teórico e crítico diante das múltiplas expressões da questão social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu e apresentou as atividades realizadas pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência (TTR) ao longo do ano de 2024. Além da apresentação dos princípios que permeiam o grupo durante a realização das atividades. Na perspectiva do próprio nome do grupo "Terra, Trabalho e Resistência" e com base nos estudos do autor Ianni (1984), pode-se afirmar que a formação sócio-histórica do Estado Brasileiro tem raízes agrárias, de lutas e resistências, que perpassam a relação com a terra e as formas de trabalho.

Destaca-se que na realidade do campo, a população ex-escravizada quando se encontra em "liberdade" não possuiu nenhum recurso, nem recebeu reparação

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

histórica. E ainda, enfrentou barreiras estruturais como a Lei de Terras que impossibilitava seu acesso à terra. Em contrapartida, houve um incentivo à imigração europeia com o objetivo de promover o embranquecimento da população e fornecer mão de obra barata de trabalho nas plantações.

Por meio da análise das ações desenvolvidas, é possível observar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, alinhados à proposta de extensão popular. Como por exemplo, nas atividades ligadas ao assessoramento de famílias do Movimento de Pequenos Agricultores de Santa Catarina (MPA-SC), ao Movimento de Atingidos por Barragens, aos Estudantes Indígenas da UFSC e no envolvimento da Jornada Universitária da Reforma Agrária, inclusive com articulações com outros cursos, para além do Serviço Social.

Por fim, no âmbito do estágio supervisionado em Serviço Social revela-se um processo enriquecedor e de via de mão dupla, tanto para os estudantes quanto para os coletivos envolvidos. Essa experiência reforça a necessidade do trabalho profissional comprometido com a transformação social, respeitando e valorizando os saberes tradicionais e as resistências históricas populares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Universidade Federal de Santa Catarina. Resolução Normativa nº 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/> Acesso em: 9 ago. 2024

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica. Brasília, DF: MDS, 2017.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPUTI, Leslieane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. Revista Katálysi. 2016, v. 19, n. 03 pp. 389-394. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/4sCD3tTKhZ4zBZt4BJ9gMXp/#ModalArticles> Acesso em: 10 ago. 2024

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade [online]. 2010, n. 101 p 40-64. Disponível em:

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4Ktm9MXBs6RhQPb4Wg7wgBD/abstract/?lang=pt#>
Acesso em: 08 ago. 2024.

IANNI, O. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.

LINHARES, M. Y., SILVA, F. C. T. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARTINS, J. S. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. O cativo da terra. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATOS, Maurílio Castro. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. Assessoria, Consultoria e Serviço Social. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.

OGLIARI, A. et al. TERRA, TRABALHO E RESISTÊNCIA: tecendo a extensão a partir de uma perspectiva popular. IV Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis: UFSC, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242220>. Acesso em: 08 ago. 2024

POMPEIA, C. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

PRAE- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Departamento de Permanência Estudantil, Atendimento PRAE COAES. Destinatário: Stefany Mouriana Moura Pavão. Florianópolis, 2 de ago 2024. 3 mensagens eletrônicas.

SEDI, H. Formação do Brasil Colonial: pré-capitalismo e capitalismo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

TERRA, TRABALHO, RESISTÊNCIA. Movimentos sociais, ruralidades e Serviço Social: educação popular e lutas sociais. Ação de Extensão N. 202117000, Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX). Florianópolis: PROEXUFSC, 2021.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Ocupação Maloca e Jornalismo UFSC realizam exposição fotográfica e mesas de debate sobre as lutas dos estudantes indígenas na UFSC. 2022. Disponível em: <https://jornalismo.ufsc.br/ocupacao-maloca-e-jor-ufsc-promovem-exposicao-fotografica-e-debates-sobre-lutas-de-estudantes-indigenas/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

